



Resultados fiscais de 2021 superaram as expectativas, mas desempenho não deverá se manter em 2022, segundo a IFI

Queda no ritmo de crescimento da arrecadação, alta dos juros e crescimento mais baixo pioram perspectiva do quadro fiscal deste ano

A Instituição Fiscal Independente (IFI) divulga nesta quarta-feira (16) o Relatório de Acompanhamento Fiscal de fevereiro, com o desempenho dos principais indicadores econômicos e fiscais de janeiro de 2022.

Inflação e taxa de juros

A inflação ao consumidor nos últimos 12 meses alcançou 10,4% em janeiro, acima do limite superior da meta de 3,5% prevista para 2022. O aumento dos preços das *commodities* no mercado internacional, que se encontram muito acima do patamar pré-pandemia, é um dos fatores que explicam o nível elevado da inflação. Nos últimos 12 meses até janeiro de 2022, a alta do Índice de Commodities - Brasil (IC-Br) foi de 49,7%.

Devido ao avanço da inflação, o Comitê de Política Monetária (Copom) decidiu em fevereiro aumentar novamente a taxa básica de juros (Selic) para 10,75% ao ano. Segundo o último Boletim Focus divulgado pelo Banco Central, a mediana das estimativas de mercado para a Selic até o fim de 2022 é de 12,25%, um aumento de 0,5 p.p. em relação à previsão divulgada em janeiro. A IFI, por sua vez, projeta a Selic em 11,25%.

PIB

O Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-Br), que agrega informações dos setores do PIB pelo lado da oferta, avançou 0,3% entre novembro e dezembro de 2021, influenciado pelos números positivos da indústria, do comércio varejista e do setor de serviços. Os dados reforçam o cenário de estabilidade para o PIB do quarto trimestre de 2021.

Para 2022, a média das previsões de mercado para o crescimento do PIB em 2022 está em 0,3%. Já a IFI projeta crescimento do PIB de 0,5%. Um possível prolongamento da crise sanitária e um cenário externo menos favorável podem afetar negativamente a evolução do nível de atividade econômica ao longo do ano.

Dívida pública

A Dívida Bruta do Governo Geral (DBGG) alcançou 80,3% do PIB em 2021, uma redução de 8,3 p.p. do PIB em relação a 2020. O aumento do PIB nominal, os resgates

líquidos de dívida, a incorporação de juros nominais e a depreciação acumulada da taxa de câmbio foram os principais fatores para a redução da DBGG no ano passado.

A IFI estima que a DBGG volte a crescer em 2022 e alcance 84,8% do PIB até o fim do ano, devido ao crescimento esperado nos gastos com juros (por sua vez, derivado do aumento da taxa Selic) e à piora do deficit primário do governo central em relação a 2021.

Orçamento

O Orçamento aprovado de 2022 revela um quadro fiscal difícil. O boletim Resultado do Tesouro Nacional (RTN) mostrou um deficit primário para o governo central de R\$ 35,1 bilhões (0,4% do PIB) em 2021. Mesmo afetado pela inflação, foi o melhor resultado desde 2014. Para 2022, o PLOA previa inicialmente um deficit de R\$ 49,6 bilhões (0,5% do PIB). Em um contexto de alta de juros e crescimento baixo, o valor não é suficiente para estabilizar a dívida pública.

As mudanças promovidas com a aprovação da PEC dos Precatórios aumentam esse desafio, além de minarem a credibilidade da política fiscal. Após os vetos presidenciais, a projeção do governo para o deficit primário do governo central está em R\$ 76,2 bilhões.

A IFI prevê um deficit ainda maior, de cerca de R\$ 106,2 bilhões (1,1% do PIB), em um cenário que combina queda da arrecadação, em proporção do PIB, e despesas primárias relativamente estáveis, com gastos do Auxílio Brasil substituindo em boa medida a redução nas despesas extraordinárias para enfrentamento da covid-19.

Vetos ao orçamento

O presidente da República vetou parcialmente o Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA), aprovado em janeiro de 2022. O veto, cujo montante chega a R\$ 3,2 bilhões, corresponde às emendas de comissão (R\$ 1,8 bi) e às despesas discricionários não abrangidas por emendas impositivas ou de relator-geral (R\$ 1,4 bi).

Entre os ministérios, o do Trabalho e Previdência e o da Educação foram os mais afetados, com 31,6% e 23,2% do total vetado, respectivamente. Os cortes no Ministério do Trabalho e Previdência ficaram concentrados em despesas discricionárias não abrangidas por emendas obrigatórias (individuais e de bancada estaduais). Já o Ministério da Educação teve um corte maior nas despesas provenientes de emendas de comissão.

Relatório de Acompanhamento Fiscal

Produzido mensalmente pela IFI, o RAF traz avaliações conjunturais sobre a macroeconomia, receitas e despesas públicas, e o ciclo orçamentário. Duas vezes por ano, o relatório também traz atualizações das projeções macrofiscais da IFI para os próximos anos, na forma de cenários base, otimista e pessimista. Esses cenários são simulados pela instituição a partir de pressupostos para os parâmetros orçamentários,

incluindo o PIB, a inflação e a taxa de juros. Como resultado, são apresentadas trajetórias para os indicadores fiscais, como o resultado primário e a dívida bruta. Acesse-o em <https://www12.senado.leg.br/ifi/relatorio-de-acompanhamento-fiscal>.

Serviço:

Instituição Fiscal Independente

Assessoria de Comunicação – Carla Caldas

www12.senado.leg.br/ifi | ifi@senado.leg.br

Facebook: <https://www.facebook.com/INSTITUICAOFISCALINDEPENDENTE>

Instagram: <https://www.instagram.com/ifibrasil>

LinkedIn: <https://www.linkedin.com/company/26273345>

Twitter: <https://twitter.com/IFIBrasil>